

11.331.0000-9037	Contribuição ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP	45.603.502	0	0	40.387.841	0	0	5.215.661	0
12.331.0000-9038	Contribuição ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP EDUCAÇÃO	4.827.472	0	0	4.827.472	0	0	0	0
12.364.0000-9021	Acordo de Cooperação UFPA / Governo do Estado	12.000.000	0	0	12.000.000	0	0	0	0
17.512.1227-3066	Transferências à Companhia de Saneamento do Pará	254.636.032	0	0	0	0	254.636.032	0	0
22.691.1261-3033	Transferências à Companhia de Gás do Pará	400.000	0	0	0	0	400.000	0	0
26.784.1182-3101	Transferências à Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará	300.000	0	0	0	0	300.000	0	0
28.841.0000-9004	Amortização e Encargos de Financiamento	149.324.195	0	68.629.492	0	0	0	80.694.703	0
28.842.0000-9001	Transferência à Companhia de Saneamento do Pará	7.111.416	0	0	0	0	7.111.416	0	0
28.843.0000-9006	Amortização e Encargos de Financiamento	216.037.510	0	124.944.390	0	0	0	91.093.120	0
28.844.0000-9007	Amortização e Encargos de Financiamento	60.372.282	0	19.508.059	0	0	0	40.864.223	0
28.845.0000-9003	Transferências Financeiras aos Municípios	1.528.439.431	0	0	1.528.439.431	0	0	0	0
28.846.0000-9002	Encargos com Débito com Previdência	59.463.899	0	0	0	0	0	59.463.899	0
Total		2.450.705.428	0	213.081.941	1.690.844.433	0	269.447.448	277.331.606	0

Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos

PRINCIPAIS FINALIDADES:

Promover o exercício da cidadania, a defesa dos direitos humanos, o acesso à justiça e o combate as discriminações sociais.

LEGISLAÇÃO BÁSICA	EMENTA
Lei nº 7.131, de 24 de abril de 2008.	Dispõe sobre a remuneração de Secretário-adjunto e dá outras providências.
Lei nº 7.131, de 24 de abril de 2008.	Dispõe sobre a remuneração de Secretário-adjunto e dá outras providências.
Decreto nº 1.674, de 21 de maio de 2009.	Cria a Câmara Técnica de Gestão do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher no Estado do Pará.
Lei nº 400, de 30 de agosto de 1951.	Cria a Secretaria de Estado de Interior e Justiça.
Lei nº 1.343, de 8 de junho de 1956.	Desvincula da Secretaria de Estado de Interior e Justiça o Departamento de Assistência aos Municípios.
Lei nº 1.693, de 15 de junho de 1959.	Extingue o Departamento Estadual de Segurança Pública da estrutura da Secretaria de Estado de Interior e Justiça.
Lei nº 4.780, de 19 de junho de 1978.	Dispõe sobre a organização da administração estadual, estabelece diretrizes para a reforma, e dá outras providências.
Lei nº 5.737, de 12 de fevereiro de 1993.	Cria o Centro de Prevenção e Recuperação de Dependentes de Drogas (CENPREN), cargos públicos para o seu funcionamento, e dá outras providências.
Lei nº 5.827, de 4 de março de 1994.	Dispõe sobre a reorganização e cria cargos e funções na Secretaria de Estado de Justiça – SEJU, e dá outras providências.
Lei nº 6.178, de 30 de dezembro de 1998.	Dispõe sobre a criação dos cargos de Secretários Especiais de Estado, e dá outras providências. Republicado no D.O.E., de 24 de janeiro de 2003.
Lei nº 6.212, de 28 de abril de 1999.	Dispõe sobre a criação, estrutura e funcionamento das Secretarias Especiais de Estado e institui o Colegiado de Gestão Estratégica, e dá outras providências. Republicado no D.O.E., de 23 de agosto de 2003.
Lei nº 7.029, de 30 de julho de 2007.	Altera a denominação e dispõe sobre a reestruturação organo-funcional da Secretaria Executiva de Estado de Justiça - SEJU, que passa a ser denominada de Secretaria de Estado de Justiça de Direitos Humanos - SEJUDH, e dá outras providências.
Lei nº 6.969, de 09 de maio de 2007.	Institui o Plano de carreiras, cargos e remuneração dos servidores do Poder Judiciário do Pará.
Lei nº 6.983, de 19 de junho de 2007.	Dispõe sobre a reestruturação organo-funcional administrativa do Poder Judiciário.